

LOULÉ

TERRITÓRIOS,
MEMÓRIAS,
IDENTIDADES



MUSEU
MUNICIPAL
LOULÉ

N I M P R E N S A
N A C I O N A L



LOULÉ

TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS, IDENTIDADES

TERRITORY, MEMORY, IDENTITY

TERRITOIRES, MÉMOIRES, IDENTITÉS

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

LISBOA, 2017

ÍNDICE

9	APRESENTAÇÃO		
14	RAZÕES DE SER DE UMA EXPOSIÇÃO		
24	LOULÉ. O LUGAR		
26	À NOSSA PASSAGEM. TERRAS DE LOULÉ		
	Lídia Jorge		
28	LOULÉ EM VISTA RASANTE. DAS ORIGENS A 1950		
	Joaquim Romero Magalhães		
34	PARA A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA DE LOULÉ		
	Carlos Fabião		
42	I. TERRITÓRIO		
50	TERRITÓRIOS DE LOULÉ		
	Ana Ramos-Pereira		
58	II. PRÉ-HISTÓRIA: AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS		
60	SERRA E MAR. AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS EM LOULÉ (ALGARVE)		
	Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa		
148	FICHAS DE CATÁLOGO		
198	III. PROTO-HISTÓRIA O MUNDO PROTO-HISTÓRICO E O ADVENTO DA ESCRITA		
200	A IDADE DO BRONZE NO CONCELHO DE LOULÉ		
	Carlos Oliveira, Pedro Barros, Samuel Melro e Susana Estrela		
210	FICHAS DE CATÁLOGO		
220	A IDADE DO FERRO NO CONCELHO DE LOULÉ (FARO, ALGARVE, PORTUGAL)		
	Ana Margarida Arruda		
226	NAS ORIGENS DA ESCRITA: OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS COM ESCRITA DO SUDOESTE		
	Amílcar Guerra		
238	NA DESCOBERTA DAS ESTELAS EPIGRAFADAS DE LOULÉ		
	Pedro Barros, Samuel Melro e Susana Estrela		
246	AS ENTIDADES ÉTNICAS DO MUNDO PRÉ-ROMANO		
	Amílcar Guerra		
252	FICHAS DE CATÁLOGO		

264 IV. ÉPOCA ROMANA
**O MUNDO ROMANO. UM
TERRITÓRIO ENTRE CIDADES**

266 LOULÉ ROMANA: UM
TERRITÓRIO ENTRE CIDADES
Catarina Viegas

278 O ESTABELECIMENTO
PORTUÁRIO DO CERRO
DA VILA (VILAMOURA):
DE AGLOMERADO ROMANO
A ALDEIA ISLÂMICA
Felix Teichner

292 AS OCUPAÇÕES ANTIGAS
DA QUINTA DO LAGO
(ALMANSIL, LOULÉ)
Ana Margarida Arruda

302 MUNDO FUNERÁRIO
ROMANO NO TERRITÓRIO
DE LOULÉ
Carlos Pereira

312 DOS MONUMENTOS
EPIGRÁFICOS ROMANOS
DE LOULÉ
José d'Encarnação

318 APROXIMACIÓN A LA
CIRCULACIÓN MONETARIA
DEL CONCEJO DE LOULÉ
EN ÉPOCA ROMANA
Noé Conejo Delgado

324 A FAUNA MALACOLÓGICA
DO CERRO DA VILA
Filipe Henriques e Ana Pratas

328 FICHAS DE CATÁLOGO

410 V. ANTIGUIDADE TARDIA
**DA AFIRMAÇÃO
DO CRISTIANISMO À
UNIFICAÇÃO VISIGODA**

412 LOULÉ NA ANTIGUIDADE
TARDIA: A CRISTIANIZAÇÃO
E O MUNDO RURAL ROMANO
EM TRANSFORMAÇÃO
João Pedro Bernardes

418 O MUNDO FUNERÁRIO
VISIGÓTICO NO TERRITÓRIO
LOULETANO: SÍTIOS,
PRÁTICAS E MATERIAIS
Andreia Arezes

428 FICHAS DE CATÁLOGO

448 VI. ÉPOCA ISLÂMICA
**DO *Gharb* AO ALGARVE:
CINCO SÉCULOS DE ISLÃO**

450 O ATUAL TERRITÓRIO DE
LOULÉ NO PERÍODO ISLÂMICO
Helena Catarino

464 *AL-'ULYÀ*, A CIDADE ISLÂMICA
Isabel Luzia e Alexandra Pires

480 O CASTELO DE SALIR:
UM DISTRITO RURAL
(*HISN* E *QARYA*) ISLÂMICO
DE *OCSONOBA*
Helena Catarino

494 AS NECRÓPOLES
ISLÂMICAS DE LOULÉ
Alexandra Pires e Isabel Luzia

504 FICHAS DE CATÁLOGO

572 VII. ÉPOCA MEDIEVAL
DO ISLÃO À CRISTANDADE

574 A CONQUISTA E A
SOBERANIA DO ALGARVE
Luís Filipe Oliveira

582 UM ESPAÇO ENTRE PODERES:
O REI, O CONCELHO, A IGREJA
João Luís Fontes
e Gonçalo Melo da Silva

590 ORDENAR O POVOAMENTO E A
VIZINHANÇA: MUÇULMANOS,
CRISTÃOS E JUDEUS
Maria Filomena Lopes de Barros

598 FIGOS DA TERRA
E TRIGO DO MAR
Luís Miguel Duarte

608 FICHAS DE CATÁLOGO

628 IDENTIDADES

630 A FELICIDADE DE
CONHECER OS GUARDIÕES
DA IDENTIDADE DE LOULÉ
Pedro Barros

650 ANTES DO HOMEM

652 LOULÉ HÁ MAIS DE 220
MILHÕES DE ANOS:
OS VERTEBRADOS FÓSSEIS
DO ALGARVE TRIÁSICO
Octávio Mateus e Hugo Campos

IV. ÉPOCA ROMANA O MUNDO ROMANO. UM TERRITÓRIO ENTRE CIDADES

Em finais do séc. II a. C. o Algarve integrou o Império romano. Com a criação da província da *Lusitania* (16-13 a. C.) reforçou-se a estrutura política e administrativa, baseada em capitais de *civitates* como *Balsa* (Torre de Ares, Tavira) e *Ossonoba* (Faro). O concelho de Loulé inclui-se no território desta última. A via romana, que ligava os principais núcleos urbanos, teve uma função estruturante.

Pontuavam a região casais agrícolas, casas rurais de maiores dimensões (*villae*) ou aldeias (*vicus*), muitas das quais exploravam recursos marinhos. O seu desenvolvimento intensificou-se sobretudo a partir do século III, e sítios como Cerro da Vila (Vilamoura) chegaram a transformar-se em pequenas «cidades».

Além da exploração dos recursos marinhos, de que os preparados piscícolas transportados em ânforas são um excelente exemplo, desenvolveram-se outras atividades, como a agricultura e a mineração, ou a produção artesanal, como a tecelagem.

O território de Loulé integrava-se plenamente na vasta rede comercial do Império Romano, como comprovam as ânforas, que transportavam alimentos, e outras cerâmicas provenientes da vizinha Bética (atual Andaluzia), da Península Itálica, da Gália, mas também do Norte de África ou do Mediterrâneo oriental.



MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO TERRITÓRIO DE LOULÉ

CARLOS PEREIRA

1. INTRODUÇÃO

Embora tenhamos conhecimento de um considerável número de sítios arqueológicos com evidências de contextos funerários romanos no concelho de Loulé, o volume de informação que estes aportam à leitura e interpretação dos espaços da morte de época romana é demasiado limitado. Se, por um lado, a maioria das informações correspondem a compilações antigas, sobretudo resultantes dos trabalhos que Estácio da Veiga desenvolveu por todo o Algarve há mais de um século, mais tarde recompilados pela sua descendente – Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos –, por outro, a quantidade de dados contextuais e materiais fica muito aquém do necessário para uma aproximação fidedigna à Arqueologia da Morte em época romana nesta área, necessitando, forçosamente, de ser inseridos em uma análise mais ampla que permita o seu entendimento.

Apesar disso, sítios como o Cerro da Vila ou a Retorta podem dar um positivo contributo para a compreensão dos contextos funerários romanos do concelho, sobretudo o primeiro. A quantidade de informação compilada ao longo de, pelo menos, uma década deverá ser volumosa e os registos permitirão uma análise temporal e espacial da necrópole.

Os dados disponíveis são, portanto, consideravelmente desiguais, da mesma forma que é notória a falta de investimento que se tem dado aos contextos funerários. Em consequência, não é possível obter a mesma leitura daquela que foi a paisagem funerária, urbana e/ou rural, nesta parte do império romano, à parte, claro está, dos dados que podem ser obtidos do estudo e análise dos contextos de Cerro da Vila.

Assim, as considerações sobre a arquitetura funerária ou o espólio fúnebre são igualmente limitadas, mas, apesar de tudo, permitem algumas reflexões.

A arquitetura funerária romana não estava apenas representada em positivo, ou seja, acima do nível do solo. Era maioritariamente no subsolo que os cadáveres eram acomodados, envolvidos, quase sempre, por estruturas diversas. Da mesma forma que os rituais praticados durante o *funus* eram manifestações de poder e diferenciação social, as estruturas subterráneas também têm sido entendidas como ferramentas para uma distinção social e cultural entre os indivíduos sepultados. Nesta diferenciação ganha igualmente peso a qualidade, quantidade e tipo de espólio contido nas sepulturas.

Os memoriais pretendiam, acima de tudo, comunicar com os vivos. A epigrafia dá-nos abundantes exemplos dessa realidade perpetuada em poucas linhas que, embora não nos deem pistas históricas, dão-nos dados relevantes sobre a sociedade e organização dos sepulcros. Porém, estas e outras questões foram já abordadas (Encarnação, 1984, p. 810-817) recentemente atualizadas (Encarnação, 2008), pelo que nos privamos de voltar a elas.

Em Loulé encontra-se contudo, uma das mais apreciadas formas de ostentação – os mausoléus. No Algarve, esta monumentalização está de momento apenas atestada em Quinta de Marim, Milreu e Cerro da Vila, que, apesar da sua adscrição rural, devemos considerar como exemplos dessa monumentalização nas áreas funerárias urbanas, posteriormente reproduzida no campo (Bernardes, 2005, p. 35; Pereira et al., 2013).

Falar de espaços da morte em época romana implica, obrigatoriamente, abordar o tipo de tratamento dado



ao cadáver. Os sítios que serão abordados forneceram dados que indicam tratar-se de espaços destinados quase exclusivamente à inumação, intuição que advém sobretudo das informações transmitidas e dos materiais reconhecidos. O único caso que parece contrariar este padrão é, precisamente, o mausoléu do Cerro da Vila, tendo em conta a presença, no seu interior, de nichos que estariam destinados a receber urnas cinerárias.

2. NECROPOLIS ET FUNUS. O MUNDO FUNERÁRIO ROMANO E AS SUAS EVIDÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE LOULÉ

Ao tratar o mundo funerário romano de Loulé é incontornável a referência a Cerro da Vila, dada a conhecer à comunidade no ano de 1963, quando José Farrajota iniciou as escavações no local. Seria, porém, José Luís de Matos que mais tarde viria a identificar e intervencionar a principal necrópole. No ano de 1984, não só é identificado e escavado o principal mausoléu, como também se localiza um numeroso conjunto de sepulturas romanas de inumação (fig. 1), cerca de três dezenas, provavelmente aquelas que estavam mais próximas do mausoléu (Matos, 1984).

Nos anos seguintes, em 1985 (Matos, 1985) e 1986 (Matos, 1987), foi colocado a descoberto um número considerável de sepulturas, 26 e 13 respetivamente, o que permitiu identificar, até então, 69 sepulcros. No último ano, outra estrutura maciça, de planta quadrangular, também interpretada como mausoléu, foi encontrada (Matos, 1984-88, p. 120). Em 1987, a área anexa ao mausoléu foi alargada, tendo sido reconhecido mais um conjunto de quatro sepulturas (Matos, 1988), mas num estado de conservação bastante deficitário, o que pressagiava que, nessa área, a necrópole não se conservaria ou se estava já próximo de um dos seus limites. A partir deste momento, as intervenções efetuadas em áreas funerárias parecem abrandar consideravelmente.

Ainda que os trabalhos arqueológicos realizados nos espaços funerários desta *villa* se resumam em poucas linhas, permitem, ainda assim, reparar que a tipologia das sepulturas é idêntica àquela que vem sendo reconhecida nos restantes sítios algarvios (Pereira, 2015) e que é transversal ao mundo romano. Uma arquitetura acima de tudo simples, que parece ser característica comum nos limites do Império (Chioffi, 2005). Todavia, é uma arquitetura que, se for associada à aparente ausência de mobiliário funerário, remete para uma

Fig. 1 – Necrópole e mausoléu do Cerro da Vila escavados até 1987 (Teichner, 2016, fig. 5, adaptado).

realidade consideravelmente tardia, concretamente dos séculos II a IV, quiçá V se se considerar a existência de sepulturas efetuadas com lajes de pedra e seladas com o mesmo material, que são, ainda assim, aparentemente raras. Porém, o silêncio dos relatórios das intervenções no que se refere ao mobiliário funerário pode ser ilusório.

A evolução dos espaços da morte nesta *villa*, embora se possa assemelhar ao de outras do Algarve (Pereira, 2015), apresenta alguns factos interessantes. Desde logo, sobressai a presença de edifícios monumentais funerários, os mausoléus (Matos, 1984-88), que deveriam estar destinados aos proprietários da *villa*. Um destes, de tipo Templo (fig. 2), é em tudo idêntico àquele conhecido na *villa* romana de Milreu. Trata-se de uma edificação maciça, de planta retangular, com elevados alçados e um *podium*, sendo o acesso possível através de escadaria localizada no lado oeste e que ocupa todo o alçado. A maioria destes edifícios ostenta uma planta quadrada, mais frequentemente retangular, e sem qualquer abertura (Ruiz Osuna, 2009, p. 287), sendo geralmente considerados monumentos eminentemente honoríficos (Hesberg, 1994, p. 93).

No entanto, parece que este mausoléu em forma de templo deverá ter correspondido inicialmente a outra tipologia. Efetivamente, José Luís de Matos alertou para o facto de a estratigrafia da arquitetura denunciar uma profunda alteração desde o primitivo edifício até àquele que hoje é visível. Ainda assim, não parece adequar-se à função de *columbarium*, pois, embora coletivo, deveria estar destinado unicamente

aos membros da *gens* proprietária da *villa*. Não é fácil perceber qual seria a sua tipologia antes de assumir uma clara forma de templo. Embora retendo a definição de *columbarium* atribuída por José Luís de Matos, também poderia corresponder a um mausoléu de tipo torre em forma de edícula, idêntico a um dos identificados na *villa* romana de Pisões (Pereira et al., 2013). Quiçá a transformação do edifício tenha sido potenciada pelo facto de, enquanto edifício em forma de edícula, estar destinado apenas a um enterramento, enquanto a nova tipologia lhe permitia a acomodação de um número mais elevado de urnas cinerárias, colocadas nos vários nichos identificados.

A relação deste edifício com a necrópole é, aparentemente, de fácil entendimento. Enquanto este mausoléu monumental era utilizado pela elite proprietária da *villa*, a restante comunidade fazia-se sepultar a nordeste, em área mais afastada (v. fig. 1). A aparente inexistência de sepulturas de incineração nesta necrópole obriga, contudo, a ponderar acerca dos ritos utilizados enquanto prática de diferenciação social ou de vontades. Independentemente dos motivos que potenciaram esta diferenciação, é sobretudo evidente entre elites e plebe, pelo menos em âmbito rural. Nas cidades a dinâmica ritual funerária seria bastante mais complexa.

Embora se possa considerar que a necrópole estava destinada à plebe que vivia e trabalhava na *villa*, certamente que entre os seus membros também haveria quem se destacasse social ou economicamente. Talvez por este motivo, no limite norte da necrópole, tenha sido construído outro mausoléu. Contrariamente ao edifício antes tratado, localizado fora da necrópole e mais próximo às edificações residenciais da *villa*, este parecia estar destinado apenas a um único indivíduo (Matos, 1984-88, p. 120).

Esta necrópole deverá ter estado em funcionamento até ao século IV ou V, o que é comprovado pela existência, densa, de sepulturas com tipologias extensíveis até à última centúria, mas que também ofereceu sepulturas de tipologias várias construídas com *tegulae* (Matos, 1987), tijolos e outros materiais. Saliente-se ainda que esta é uma das necrópoles algarvias onde está atestada a existência de enterramentos infantis em contentores anfóricos (Pereira e Albuquerque, no prelo). A partir do século V, a realidade funerária parece mudar substancialmente, culminando no aparente abandono, ainda que paulatino, da necrópole Nordeste, formando-se outra, mais próxima da *villa*, implantada sobre uma anterior zona industrial (Bernardes, 2009, p. 338).

Fig. 2 – Mausoléu da villa romana do Cerro da Vila, Vilamoura (fotografia do autor).



Não obstante o que se pode aferir dos contextos funerários de Cerro da Vila, um estudo pormenorizado dos materiais, sepulturas e organização interna da necrópole pode vir a dar outros contornos à leitura dos espaços funerários da *villa*.

Embora Loulé Velho seja conhecido desde há muito, concretamente desde Frei Vicente Salgado (1796), nunca inspirou uma demorada e metódica investigação, além de algumas passagens de Estácio da Veiga (Santos, 1971, p. 151), Teixeira de Aragão (notícia do Diário de Lisboa de 1868) e Ataíde de Oliveira (1898). No ano de 1966, Afonso do Paço e José Farrajota visitam o local, de que resultou a descoberta de novos vestígios (1966). No entanto, a primeira intervenção arqueológica somente viria a acontecer algum tempo mais tarde, sob a direção de Manuela de Sousa (1971), que escavou o canto de uma das *cetariae* que estava a ser «engolida» pela maré. Mais tarde, Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra intervieram no local (Gomes e Serra, 1996), colocando a descoberto estruturas que interpretaram como pertencentes a uma basílica que estaria associada a um enterramento e vestígios de outro. Mais recentes são duas intervenções efetuadas com o objetivo de minimizar o impacto da maré, em áreas com vestígios em risco (Bernardes, 2008), das quais uma foi realizada sobre uma sepultura romana (fig. 3).



As intervenções no local resumem-se, pois, em poucas palavras que não espelham a importância do sítio na Antiguidade, além de que os contextos funerários registados não apontam a existência de uma necrópole extensa. A localização da necrópole de Loulé Velho poderá estar ligeiramente mais para o interior, como aconteceu em outros sítios romanos litorais do Algarve, nomeadamente em Cerro da Vila (Matos, 1985; 1987; 1988 e 1991). Casos diferentes poderão ser as sepulturas identificadas durante a intervenção efetuada por Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra (1996, p. 38) que, a serem mais tardias, espelham uma realidade habitual durante a Antiguidade Tardia, a apropriação do interior dos núcleos habitacionais por parte das áreas funerárias.

Infelizmente também para este sítio os dados atualmente disponíveis não são suficientes para que possamos dissertar mais e com maior segurança acerca dos espaços da morte. Na realidade os restantes sítios que forneceram dados sobre contextos funerários tampouco apresentam um panorama animador, como é o caso do sítio da Retorta. Sobre a localização deste sítio arqueológico não parece haver atualmente qualquer dúvida (Cadete, 2007, p. 396-397). Importa, contudo, remeter para os materiais da coleção de Estácio da Veiga, que podem ser inseridos num quadro cronocultural preciso e que são abordados neste mesmo volume por Andreia Arezes.

Após a passagem de Estácio da Veiga por este local, foi o padre Manuel Semedo Azevedo quem se interessou pelos vestígios aí existentes, informado pela *Monografia de Loulé*, de Ataíde de Oliveira (1905). O pároco referiu que também José Formosinho explorou algumas sepulturas no sítio da Retorta, das quais não temos, contudo, qualquer informação. Estes dados apontam para um momento avançado dentro do período da Antiguidade Tardia. Já havíamos visto que a placa de cinturão e a foice (fig. 4) indicam uma cronologia posterior ao século VI, e os poucos materiais que Semedo Azevedo descreveu parecem corroborar, em certa medida, tal datação, ainda que admitamos

Fig. 3 – Sepultura aparecida no sítio de Loulé Velho no ano de 2010 (fotografia cedida pelo Museu Municipal de Loulé).

Fig. 4 – Lâmina de foice proveniente da necrópole da Retorta, Loulé (Museu Nacional de Arqueologia, n.º 15125).



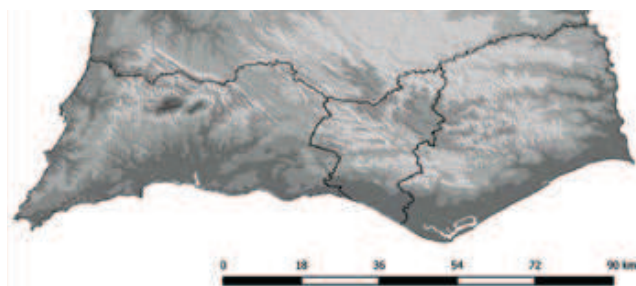
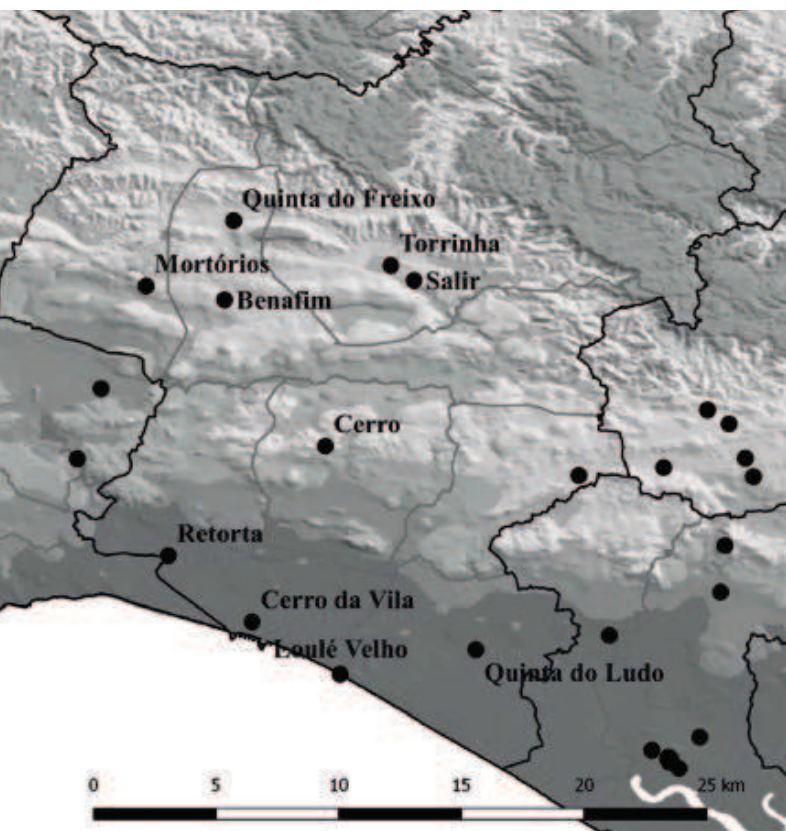
que possa recuar ligeiramente. Os referidos materiais, também abordados neste volume, restringem-se a artefactos metálicos de uso pessoal, concretamente braceletes e brincos. A tipologia dos túmulos, sucintamente descrita pelo pároco (1959, p. 119-120), também não permite supor uma utilização anterior ao referido período, já que se trata de sepulturas maioritariamente escavadas no solo, revestidas com lajes de pedra ou tijolo e com coberturas nos mesmos materiais.

O sítio da Quinta de Apra, também conhecido como Torres de Apra, foi originalmente divulgado por Estácio da Veiga. Os vestígios aí localizados têm permitido classificar o local como uma *villa* romana, associada à respectiva necrópole (Santos, 1972, p. 155-157; Marques et al., 1992, p. 237). Todavia, as informações compiladas são ainda bastante deficitárias e insuficientes para que possamos compreender, devidamente, o espaço da morte e a sua evolução. Dos contextos funerários de Apra é proveniente um conjunto de dez peças metálicas (Veiga, 1885), todas de bronze, particularmente objetos de uso pessoal (anéis e um brinco do tipo xi de Facsády (2009, p. 83-84)), que permitiram apontar uma cronologia que ronda o século v d. C. (Pereira, 2014, p. 331).

Outros sítios do concelho permitiram a recolha de dados sobre eventuais contextos funerários de época romana (fig. 5), como é o caso de Salir (Santos, 1972, p. 145; Pereira, 2014, p. 341) ou de Mata-Lobos (Alarcão, 1988, p. 208; Pereira, 2014, p. 338). Todavia, em ambos os casos trata-se somente de parcas notícias transmitidas de formas também díspares que impossibilitam qualquer dedução, ainda que daquele estejam depositados no Museu Nacional de Arqueologia um pequeno conjunto de materiais (Pereira, 2014, p. 341-342).

Mais problemáticos ainda são sítios como a Quinta do Freixo (Marques et al., 1992, p. 209), da qual se conhece um monumento funerário (Encarnação, 2008, p. 26), Torrinhã (Saa, 1963, p. 138), Benafim (Vasconcelos, 1907, p. 367), onde o proprietário escavou uma sepultura mas da qual se desconhece o paradeiro do espólio recolhido, Alcarias (Oliveira, 1898, p. 102), Cerro (Oliveira, 1905, p. 149; Santos, 1972, p. 144), Quinta do Ludo (Pereira, 2014, p. 339) ou Mortórios (Oliveira, 1898, p. 87). Conquanto estes tenham sido dados a conhecer também por eventuais vestígios funerários e tenham sido classificados como tal, na verdade, é demasiado arriscado considerá-los necrópoles romanas sem outros argumentos.

Fig. 5 – Localização das necrópoles romanas no concelho de Loulé (do autor).



3. OS ESPAÇOS DA MORTE DE LOULÉ NO ÂMBITO ALGARVIO

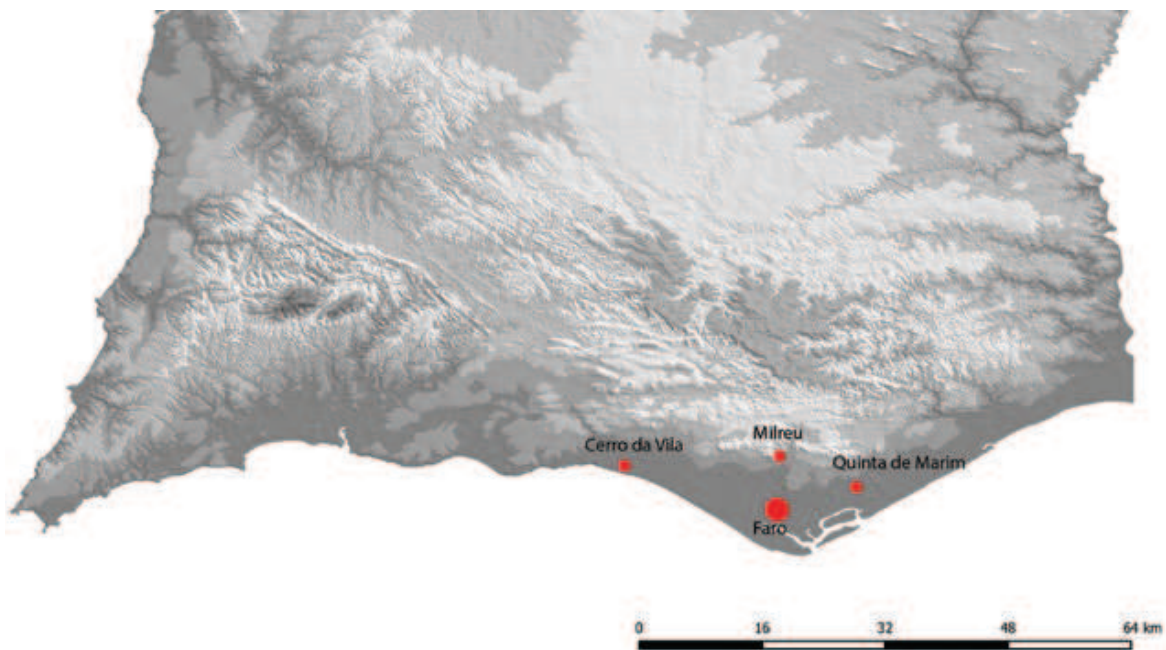
Como referimos antes, não é fácil entender os espaços da morte romanos identificados no concelho de Loulé sem que se insiram em uma área mais ampla, concretamente no território algarvio. Aliás, é esta análise, comparativa e ampla, que permite muitas vezes detetar padrões ou singularidades dos e/ou nos espaços da morte em época romana.

O concelho de Loulé deveria ter uma posição relativamente privilegiada na Antiguidade. Localiza-se na área central do atual Algarve, muito próximo de *Ossonoba*, o que lhe terá permitido o acesso a uma fluidez considerável de produtos, ideias e tendências. Este acesso era ainda potenciado pela proximidade ao mar. Com efeito, é evidente que a grande maioria dos sítios conhecidos de época romana se localize na faixa litoral, delimitada a norte pela serra algarvia. Evidentemente que esta realidade pode ser resultado de um menor investimento da investigação na área serrana, mas que, ainda assim, indica um certo padrão que justifica a uniformidade com que as tendências funerárias

circularam nessa área. Sabemos, a título de exemplo, que o momento em que se dá a transição do rito de incineração para o de inumação é praticamente homogêneo por todo o território algarvio e terá ocorrido durante o século II (Pereira, 2014, p. 433-436). Todavia, a esmagadora maioria de dados relativos a este concelho reportam informações que delatam o rito inumatório, desconhecendo-se, por ora, contextos funerários que ofereçam dados sobre aquele.

Ossonoba foi, sem dúvida alguma, o centro político-administrativo da atual região algarvia, auxiliado por outros centros como *Balsa*. Esta capitalidade fomentou a instalação de *villae* em seu redor que, embora as mais próximas se pudessem destinar sobretudo à produção e abastecimento do principal núcleo urbano, aquelas que se encontram a uma distância maior apresentam características que obrigam a considerá-las *villae* áulicas (fig. 6). No que respeita a contextos e estruturas funerárias, esta situação é delatada também pela presença de mausoléus, geralmente afastados das necrópoles comuns e destinados aos proprietários da *villa*, embora, como acontece no Cerro da Vila, alguns mausoléus possam ter sido edificados dentro dos limites das necrópoles.

Fig. 6 – *Ossonoba* e a localização das *villae* com mausoléus identificados (do autor).



De facto, os seus proprietários imitavam o modo de vida urbano e era no mundo rural que podiam expressar, de forma mais exuberante, a monumentalidade funerária. Todavia, contrasta com esta monumentalidade funerária dos proprietários a simplicidade com que os seus dependentes eram muitas vezes sepultados, em áreas distintas e mais afastados da zona habitada. Aliás, a dita separação contrasta inclusive com a realidade dos espaços funerários urbanos, onde geralmente os mausoléus eram edificados dentro dos limites da necrópole e próximos das vias de acesso à cidade (fig. 7). Não obstante, devemos ter também em conta que nos meios urbanos a acumulação cada-vérica era maior, o que obrigaria a uma maior contenção e concentração da área funerária.

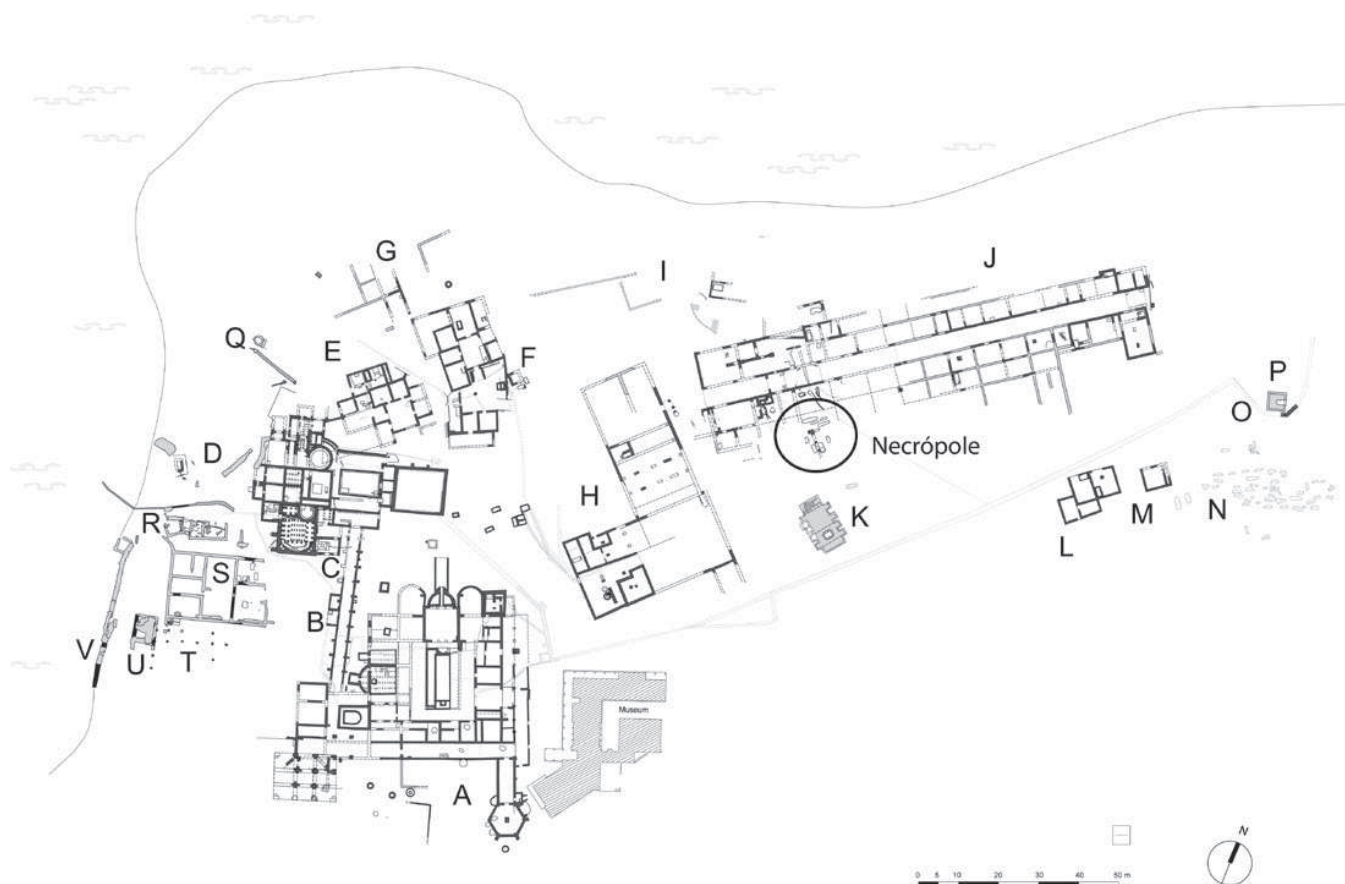
A arquitetura funerária não era apenas edificada em positivo, também no subsolo construíam complexas sepulturas, utilizando materiais de construção, geralmente, de fabrico local/regional. Infelizmente, os casos conhecidos do concelho de Loulé não permitem grandes ilações. Sabemos que alguns dos espaços citados contiveram sepulturas construídas com tégulas, telhas

de meia-cana ou tijolos (maioritariamente formando caixas retangulares ou coberturas em forma de telhado de duas águas), por vezes convivendo com outras, realizadas com lajes de pedra. Conquanto a arquitetura funerária se mantenha relativamente inalterada, a partir do século III, especialmente nos *suburbia*, o Algarve deixa transparecer uma população cada vez mais preocupada com a simplicidade na morte, sobretudo no que respeita ao mobiliário funerário. Nas cidades o panorama alto-imperial de ostentação parece ter permanecido durante mais tempo, como acontece em Faro, protagonizado pelas elites que teimavam em continuar a usar as práticas tradicionais (Pereira, 2015).

Não é fácil garantir qual ou quais os motivos que estão por detrás deste fenómeno, porém, sabemos que é coincidente com dois acontecimentos sensivelmente coetâneos: a presença das primeiras comunidades cristãs no Algarve (Pereira, 2014, p. 449) e a chamada crise do século III (Remondon, 1967; Fernández Ubiña, 1982; Chic García, 2005), sendo mesmo admissível que ambos tenham responsabilidade compartida na ausência de espólio funerário a partir desse momento.

Fig. 7 – Uma das vias de acesso a Pompeia ladeada por várias edificações funerárias (antigo postal de Stengel, retirado de <http://pompeiiinpictures.com>).





É igualmente nesta altura que começam a aparecer no Algarve, nomeadamente na necrópole do Cerro da Vila, os primeiros enterramentos infantis em ânfora, rito sobre o qual também o Cristianismo tem seguramente responsabilidade na sua expansão (Pereira e Albuquerque, no prelo). Por outro lado, o fácil acesso a estes recipientes terá fomentado a sua utilização enquanto fêretro, independentemente de ser utilizado *ex novo* ou reutilizado, pois a proximidade de *figlinae* seguramente permitia uma rápida e barata aquisição destes contentores.

Mas os espaços da morte de época romana em Loulé demonstram que as grandes transformações se dão sobretudo a partir do século v. No caso concreto de Cerro da Vila estas alterações terão culminado no aparente abandono, ainda que paulatino,

da necrópole Nordeste, formando-se outra, mais próxima da *villa* (fig. 8), implantada sobre uma anterior zona industrial (Bernardes, 2009, p. 338). Desconhecemos quais os motivos que terão justificado esta alteração das áreas funerárias. Tendo em consideração o momento em que se dá esta transformação, mais uma vez devemos forçosamente ponderar uma forte influência do Cristianismo, que, a partir do século v, clamava por uma desvinculação dos espaços da morte pagãos. Por outro lado, não é inédita esta implantação de espaços funerários em áreas antes ocupadas por estruturas industriais, que, num claro momento de retração populacional e habitacional nos principais núcleos, se aproximaram dos espaços domésticos ou industriais, inclusive sobrepondo-se a esses edifícios.

Fig. 8 – Planta do Cerro da Vila com localização dos contextos da Antiguidade Tardia (Teichner, 2016, fig. 5, adaptado).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philips. Vol. II, fasc. 3. Gazetteer. 6. Évora, 7. Lagos, 8. Faro.
- ALMEIDA, F. (1962) – Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 4, p. 6-278.
- AZEVEDO, J. (1959) – Retorta. Antiga Carteira? In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. vol. II, p. 113-124.
- BERNARDES, J. (2005) – A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano*. Faro: Câmara Municipal. p. 35-42. Catálogo.
- BERNARDES, J. (2008) – Intervenção arqueológica de emergência no sítio romano de Loulé-Velho (Quarteira). *Al-'Ulyà*. Loulé. 12. Separata.
- BERNARDES, J. (2009) – As transformações no fim do mundo rural romano no sudoeste peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. v-vii). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 20, p. 323-348.
- CADETE, M.^a (2007) – Espólio da colecção de Estácio da Veiga, recolhido na estação lusitano-romana da Retorta, depositado no Museu Arqueológico do Algarve. *Xelb*. Silves. 7, p. 391-406.
- CATARINO, H. (2007) – Arqueologia da antiguidade tardia e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga. *Xelb*. Silves. 7, p. 179-194.
- CHIC GARCÍA, G. (2005) – Marco Aurelio y Cómodo. El hundimiento de un sistema económico. *Annaeus: anales de la tradición romanística*. Madrid. 2, p. 45-66.
- CHIOFFI, L. (2005) – *Sepulchra in extremis finibus... etiam in mediis possessionibus sepulchra faciunt*. In SANTILLO FRIZELL, B. e KLYNNE, A., ed. lit. – *Roman Villas Around the Urbs. Interaction with Landscape and Environment*. Roma: The Swedish Institute in Rome. p. 125-133.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Dissertação em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra para obtenção do grau de Doutor.
- ENCARNAÇÃO, J. (2008) – Epígrafes romanas de Loulé. Histórias antigas por desvendar! *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*. Loulé. 12, p. 25-33.
- FACSÁDY, A. (2009) – *Jewellery in Aquincum*. Budapest: Az Aquincumi Múzeum Gyűjteménye 1.
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (1982) – *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid: Akal.
- GOMES, M. e SERRA, P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da Primeira Campanha de Escavações Arqueológicas. *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 29-49.
- HESBERG, H. von (1994) – *Monumenta. I sepulcri romani e la loro architettura*. Milán: Longanesi.
- MARQUES, M., coord. – ARAÚJO, A.; FARIA, A.; NUNO, C.; PINHEIRO, D. e LOURENÇO, F. (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- MATOS, J. de (1971) – Cerro da Vila. Escavações em 1971. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 5, p. 201-214.
- MATOS, J. de (1972) – Cerro da Vila. Campanha de trabalhos de 1972. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 6, p. 251-262.
- MATOS, J. de (1984-88) – Mausoléus do Cerro da Vila. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. X, I/II, p. 118-122.
- OLIVEIRA, A. d' (1898) – *As mours encantadas e os encantamentos no Algarve, com algumas notas elucidativas*. Tavira: Typographia Burocratica.
- OLIVEIRA, A. d' (1905) – *Monografia do concelho de Loulé*. Faro: Algarve em Foco Ed.
- PAÇO, A. do e FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. 8, 12, p. 65-91.
- PEREIRA, C. (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.
- PEREIRA, C. (2015) – The Roman necropolis of Algarve (Portugal). About the spaces of death in the South of Lusitania. *Archaeopress Digital*.
- PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P. (no prelo) – Inumações infantis em ânfora na Península Ibérica durante a época romana: a prática e o rito. *SPAL*. Sevilla.
- PEREIRA, C., SOARES, M. e SOARES, R. (2013) – Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 305-323.

REMONDON, R. (1967) – *La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurélio hasta Anastacio*. Barcelona: Labor.

RUIZ OSUNA, A. (2009) – *Topografía y monumentalización funeraria en Baetica: conventus Cordubensis y Astigitanus*. Tesis Doctoral presentada a la Universidad de Córdoba para optar al grado de Doctor. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.

SAA, M. de (1963) – *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Soc. Astória. tomo IV.

SALGADO, V., Fr. (1786) – *Memórias ecclesiasticas do Reino do Algarve. Offerecidas ao EXC. mo e VER.mo Senhor Bispo de Béja*. Lisboa: Regia Officina Typográfica.

SANTOS, M.^a L. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. I.

SANTOS, M.^a L. (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. II.

TEICHNER, F. (2016) – A Multi-Disciplinary Approach to the Maritime Economy and Paleo-Environment of Southern Roman Lusitania. In PINTO, I.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A. – *Lusitanian Amphorae: production and Distribution*. Archaeopress. p. 241-255. (RLAMP; 10.)

VASCONCELOS, J. (1907) – *Sepultura Romana. O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 12, p.367.

VEIGA, E. da (1885) – *Inventário do Museu Archeológico do Algarve, fundado em 1880 na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa*.

148. Jarro de vidro de bocal trilobado

Ameixial, Ameixial

Séculos II-III d. C.

9,7 x 6,2 x 7,4 cm

Museu Nacional de Arqueologia

2012.74.26

Jarro de bocal trilobado. Apenas se conservou o bordo com o colo curto e asa de fita, podendo intuir-se que teria o corpo de perfil globular (forma Isings 88b). Trata-se, muito provavelmente, de uma produção lusitana encontrando-se excelente paralelo para esta peça entre o material da cidade de *Ammaia* (coleção Mações).

CV

Bibliografia:

Cruz, 2015, n.º 22, p. 197.



149. Gargalo de garrafa de vidro prismática

Cerro da Vila, Quarteira

Meados do século I-III d. C.

6,9 x 7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/795

Fragmento de gargalo pertencente a garrafa prismática do tipo Isings 50, soprada em molde, de tonalidade translúcida esverdeada, característica que distingue as variantes da tipologia de Isings. Este tipo de garrafas possui geralmente um gargalo de perfil triangular ou horizontal redobrado para dentro e base praticamente plana, principalmente a variante «b». São ainda portadoras de uma asa em forma de «V» invertido, que arranca do colo e termina no ombro da peça.

CP

Bibliografia:

Isings, 1957.



154. – 159. Lucernas

154. Lucerna bética de cerâmica, tipo Dressel/Lamboglia 11

Cerro da Vila, Quarteira

Meados a finais do século I d. C.

9,8 x 7,2 x 2,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/2

Lucerna do tipo Dressel/Lamboglia 11, de bico redondo com volutas duplas, orla convexa e disco pouco profundo delimitado por uma moldura. Base plana e lisa delimitada por uma moldura. No disco está representado um veado em corrida.

A pasta é de tonalidade bege amarelada com características técnicas que permitem intuir uma importação da costa Bética (área litoral da atual Andaluzia).

Engobe relativamente bem conservado, heterogêneo, de tonalidade que varia entre o negro e o castanho.

Em Faro existem dois exemplares exatamente iguais e com a mesma decoração, o que pode indicar serem provenientes da mesma oficina.

CP

Bibliografia:

Dressel, 1899; Lamboglia, 1952; Pereira, 2012.



155. Lucerna bética de cerâmica, tipo Riotinto-Aljustrel

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século I-início do II d. C.

11,4 x 6,8 x 5,4 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/8

Lucerna de cerâmica tipo Riotinto-Aljustrel, de volutas estilizadas de bico de tendência triangular. Nas extremidades das volutas apresenta círculos impressos. Orla convexa com uma moldura e decorada com óvulos em relevo, disco pouco profundo e liso, base lisa. Conserva ainda o arranque da asa.

A pasta é de tonalidade bege amarelada com características técnicas e inclusões que permitem intuir uma importação, como o próprio nome indica, da área de Riotinto ou Aljustrel. Aí terá existido um conhecido oleiro *Lucius Iulius Reburinus*, do qual se encontrou a lápide funerária.

Sem vestígios de engobe.

CP

Bibliografia:

Luzón Nogué, 1967; Ribeiro, 2015.



156. Lucerna bética de cerâmica, tipo Dressel/Lamboglia 20

Loulé Velho, Quarteira

Século II d. C.

10,4 x 7,8 x 3,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0390

Lucerna do tipo Dressel/Lamboglia 20, de bico redondo, provavelmente teria duas depressões circulares a ladear o disco, orla convexa e disco pouco profundo delimitado por duas molduras. Na parte oposta ao bico conserva a asa de perfil triangular.

No disco ostenta um escravo a tapar uma ânfora. Esta cena está bem atestada em lucernas deste tipo, abarcando um período cronológico centrado, sobretudo, na primeira metade do século II.

A pasta é de tonalidade bege acastanhada com características técnicas que permitem intuir uma importação da costa Bética (área litoral da atual Andaluzia).

Engobe relativamente bem conservado, homogêneo, de tonalidade vermelha.

CP

Bibliografia:

Dressel, 1899; Lamboglia, 1952; Casas i Genover, Soler-Fusté, 2006, p. 44, Lámina LX, G946; Gomes e Serra, 2004, p. 11; Luzia, 2004, p. 94.



157. Lucerna bética de cerâmica, tipo Deneauve VIII C

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século II-III d. C.

10,7 x 7,6 x 4,8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/3

Lucerna do tipo Deneauve VIII C, da série de disco de bico redondo e com asa. Disco pouco profundo com decoração em forma de pérolas em redor do orifício de alimentação, orla aplanada com uma moldura e decorada com cachos de uvas, a parte inferior da asa está decorada com uma espiga e a base está delimitada por uma moldura decorada com círculos impressos.

A pasta é de tonalidade acastanhada clara com características técnicas e inclusões que permitem intuir uma importação da costa da Bética (área litoral da atual Andaluzia).

CP

Bibliografia:

Deneauve, 1969.



158. Lucerna bética de cerâmica, tipo Riotinto-Aljustrel

Loulé Velho, Quarteira

Final do século I-início do III d. C.

9,3 x 6,3 x 5,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0389

Lucerna de volutas estilizadas. Entre as volutas está um grande óvulo. Orla convexa decorada com grandes óvulos em relevo e com uma moldura decorada com sulcos. Disco pouco profundo, base côncava. Vestígios do arranque da asa. Apresenta vestígios de uso.

A pasta é de tonalidade bege amarelada com características técnicas e inclusões que permitem intuir uma importação, como o próprio nome indica, da área de Riotinto ou Aljustrel. Aí terá existido um conhecido oleiro *Lucius Iulius Reburinus*, do qual se encontrou a lápide funerária. Sem vestígios de engobe.

CP

Bibliografia:

Luzón Nogué, 1967; Ribeiro, 2015; Gomes e Serra, 2004, p. 11; Luzia, 2004, p. 94.



159. Lucerna de cerâmica, tipo «Derivada de disco»

Cerro da Vila, Quarteira

Século III - início do IV d. C.

10,1 x 8,1 x 5,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/1

Lucerna de cerâmica de tipo «Derivada de disco». Disco de pequenas dimensões, orla alargada e decorada com nervuras em relevo, como que formando uma coroa de espinhos em redor do disco.

A pasta é de tonalidade acastanhada com características técnicas e inclusões que permitem intuir tratar-se de uma produção hispânica. Sem vestígios de engobe.

CP

Bibliografia:

Morillo Cerdán, Rodríguez Martín, 2008.



As lucernas

As primeiras lucernas consideradas genuinamente romanas são as que foram importadas durante o período romano-republicano. A maioria destes artefactos está associada a ocupações militares ou a aglomerados de elevada romanidade. Claro que aqui deve ter-se também em conta a localização dos sítios, aqueles situados junto à costa ou em estuários tinham um acesso facilitado a produtos importados. A maioria foi importada diretamente da península itálica, acompanhando outros produtos consumidos pelos exércitos, mas também é possível encontrar exemplares fabricados localmente, sobretudo quando os contingentes estavam estacionados durante bastante tempo, como aconteceu em Cáceres el Viejo. Ainda assim, trata-se de produções esporádicas destinadas a abastecer uma área limitada e, portanto, próprias de cada região. As lucernas importadas pertencentes a este período encontram-se ausentes do conjunto da região de Loulé, embora possamos encontrá-las noutros contextos no Algarve, nomeadamente em Monte Molião ou Castro Marim. Embora constatemos a sua existência em alguns sítios algarvios, a quantidade é consideravelmente inferior à expectável, tendo em conta a precoce presença romana na região.

O gosto pelas cerâmicas de iluminação incrementou-se consideravelmente durante o Alto-Império, reclamando-se ainda os produtos itálicos até, pelo menos, meados do século I d. C. Paralelamente, começaram a surgir as primeiras produções especializadas que imitavam os produtos itálicos (cat. 154), algumas inclusive estabelecidas em centros urbanos, como a que foi documentada em Sevilha. As produções hispânicas acabariam por substituir os produtos itálicos, já que os custos de produção e transporte seriam menores chegando ao consumidor final a um preço mais acessível. Ainda assim, nem sempre é fácil determinar se algumas destas produções pretendiam falsificar ou apenas

imitar os produtos itálicos. A considerável produção de cerâmicas de iluminação em território hispânico acabaria por fomentar a criação de modelos «ibéricos» que derivaram dos exemplares antes imitados, como é o caso das lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel (cat. 155 e 158), modelo que evoluiu das lucernas da série de volutas de bico triangular, ou das lucernas derivadas de disco (cat. 159). Porém, as produções hispânicas que tentaram ganhar uma identidade própria são uma realidade muito limitada e próprias de regiões concretas, sendo massiva a existência das produções que se limitavam à imitação dos produtos que iam chegando.

Apesar do sucesso que as produções hispânicas gozaram durante o Alto-Império, em determinado momento o seu consumo reduz-se consideravelmente, sintoma de que os motivos que justificavam a sua compra mudaram. A segunda metade do século III d. C. representa o início de profundas mudanças no panorama comercial e de consumo destas cerâmicas. Não é fácil justificar esta realidade e não se deveu, seguramente, a um único motivo, contudo, devemos ter em conta a expansão do Cristianismo, que aclamava outros produtos e renunciava àqueles que expusessem imagens de paganismo, como é o caso das lucernas. De facto, a partir deste momento notamos claramente uma quebra nas representações em geral, mas sobretudo nas de divindades.

A renúncia aos produtos consumidos até então, as lucernas das séries de volutas e de disco (cat. 156 e 157), é mais evidente a partir do século IV d. C., quando a sociedade deixa de ser maioritariamente «*cultus deorum*» para passar a ser maioritariamente «*cultus dei*». Este momento marca uma mudança radical no reportório das lucernas, morfológico, iconográfico e também produtivo. Embora já durante o século anterior se assista a uma mudança, convertendo-se as lucernas em produtos menos cuidados, com decorações mais toscas e

decentralizando-se as produções em pequenas oficinas de âmbito familiar ou, inclusive, de autoconsumo, agora o aspecto das cerâmicas de iluminação sofre uma mudança drástica, influenciado pelas produções norte-africanas que, pouco a pouco, foram inundando o mercado hispânico.

Estas produções correspondem à última grande série de produtos de iluminação romanos. As lucernas tardo-antigas de produção africana (vide cat. 270 e 271), também conhecidas como lucernas paleocristãs, são o resultado de experimentações por parte dos artesãos norte-africanos em satisfazer uma sociedade em mudança. É nessa área geográfica que se pode averiguar essa evolução, sendo apenas importado para a Península Ibérica o produto final. As complexas figurações mitológicas ou do quotidiano dão lugar a cenas maioritariamente geométricas, vegetalistas ou figurações de animais. No entanto, os motivos que mais se fazem representar nesta série são as figuras e símbolos cristãos, é o caso do *crismón* ou da cruz monogramática. Esta nova série desvincula-se, assim, dos seus antecedentes, quicá, com o objetivo de satisfazer uma sociedade cada vez mais cristianizada e preocupada com a concretização das práticas cristãs, acabando por se impor e suprimir os produtos antes comercializados.

CP

164. – 165. Disco e cabo de espelho circular de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

Disco: 6,7 x 8,8 x 0,4 cm / Cabo: 8,8 x 3,7 x 1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/98/147(1)/1 e CV/98/14/1

Espelho circular decorado com orifícios em redor. Geralmente, no interior, apresentam circunferências em relevo com uma finalidade meramente estética.

Relativamente ao cabo, é de secção igualmente circular, decorado em forma de balaústre, com três anéis em relevo. A parte que estava soldada ao espelho tem forma de meia-lua e conserva o encaixe ao disco do espelho. Na parte inferior ostenta duas saliências que se podem definir como volutas estilizadas e a meio ostenta uma fratura de uma protuberância decorativa.

CP

Bibliografia:
França, 1971.



166. Fíbula de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Meados do século I a. C.-I d. C.

6,3 x 2,8 x 1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/794

Fíbula tipo Alésia/Pré-Aucissa (Ponte 41), de arco semicircular decorado no centro a punção, com a articulação da cabeça em charneira e com eixo e fuzilhão reto e moldura longitudinal relevada. Arco de secção retangular decorado, pé terminado em botão cónico e descanso em forma de retângulo. Corresponde, portanto, ao conjunto de duas peças, arco/pé e fuzilhão, unidas mediante um eixo de bronze.

Junto à articulação, do lado de fora, ostenta a marca do fabricante. Não é fácil propor uma leitura adequada dos caracteres existentes, ainda assim, atendendo à presença de uma letra «R» que se repete, pode tratar-se da marca de MARVIRVS.
CP

Bibliografia:

Ponte, 2006.



167. Pulseira de bronze ou cobre

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

6,2 x 6 x 0,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0543

Pulseira circular simples de secção retangular, pouco espessa, decorada na parte externa em linhas oblíquas em punção. Foi unida pelas extremidades mediante enrolamento sobre si mesma.

CP

Bibliografia:

França, 1969; Luzia, 2004, p. 95.



168. Conta de colar de vidro

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

1,6 x 1,6 x 0,7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/637

Conta de colar de vidro, de secção em forma de D, de tonalidade translúcida amarelada. Olhal circular bicónico obtido ainda com a peça a quente.

CP



Quotidiano. Objetos metálicos

169. Instrumento cirúrgico

(*cyathiscomele*)

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

12,7 x 0,5 x 0,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/781

Ciatiscomele (*cyathiscomele*) composto por um cabo de secção circular terminando na extremidade distal em forma de gota invertida e apresentando na extremidade proximal a colher oval alongada de secção em U, com forma de folha de oliveira, separada do cabo por uma esfera.

CP



Bibliografia:

Monteagudo García, 2000.

170. Tranca de fechadura

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

6,5 x 2 x 0,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/640

Tranca de bronze (elemento de fechadura) com espigão alongado, em forma de L horizontal, e com sete orifícios nos quais encaixava a chave que acionava o sistema de segurança. Um dos orifícios, ao contrário dos restantes que são circulares, é ovalado.

CP

Bibliografia:

Fernández Ibañez, 2007.



171. Recipiente de bronze

Loulé Velho, Quarteira

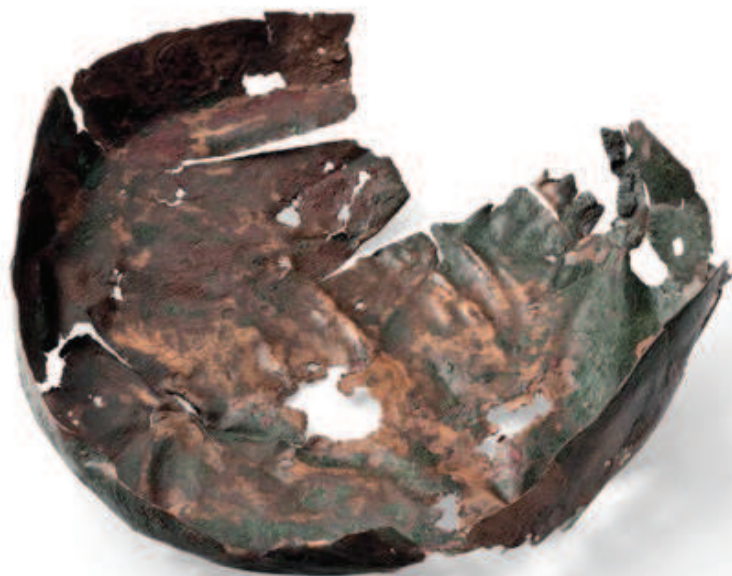
Época romana

11,1 x 10 x 2,4 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA2353

Prato raso de bronze, de paredes ligeiramente oblíquas e fundo aplanado.

CP



172. Colher ou espátula de ferro

Espargal, Querença, Tôr e Benafim

Época romana, Baixo-Império?

8,3 x 2,2 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2234

Colher ou espátula, constituída por um cabo, curto, de secção subcircular que termina em bico, parecendo não estar completo, e por uma concha de forma oval assimétrica e com a concavidade pouco pronunciada.

CP



173. Armela figurativa de asa de sítula de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

6,4 x 10 x 3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/475

Armela figurativa de asa de sítula, de espelho circular e em forma de mascarão estilizado. Rosto esquemático, aplanado, apresentando o nariz e os olhos quase impercetíveis. Está delimitado por uma coroa ou orla radiada, de sulcos pouco profundos e constantes. Travessão largo, com perfil em L, ligeiramente encurvado, denunciando um diâmetro do recipiente de 19 cm. Anel de suspensão circular e olhal em forma de gota, resultante do uso da peça.

CP



Bibliografia:

Delgado, 1970.

174. Armela de sítula de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

6,9 x 3,5 x 2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/383

Armela simples de asa de sítula, de espelho triangular. Anel de suspensão circular obtido por enrolamento.

CP

Bibliografia:

Delgado, 1970.



175. Caixa ou cápsula de selo de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-III d. C.

3,4 x 1,6 x 0,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/790

Caixa ou cápsula de selo de bronze. Corpo duplo de tipo foliáceo alongado, perfurações no «corpo» inferior. Enquadra no Grupo 2 definido por Javier Alonso (2013) sendo peças comuns na Hispânia romana entre os séculos I e III d. C. O exemplar do Cerro da Vila está publicado por este investigador.

CV

Bibliografia:

Alonso, 2013, p. 218, 221, fig. 8.26.



A qualidade produtiva e mesmo artística dos artífices na Antiguidade demonstra uma admirável habilidade de pessoas que dominavam por completo as técnicas da metaloplastia, sem esquecer que, em última análise, os artefactos e elementos metálicos têm que ser práticos. Para que possamos entender adequadamente alguns desses artefactos devemos enquadrá-los em um âmbito crono-cultural específico que nos permita a categorização de um vasto número de elementos. Nesta exposição estão patentes algumas dessas categorias, nomeadamente a doméstica, a pessoal, a económica e a funerária.

No mundo doméstico, alguns dos artefactos mais frequentes são aqueles que integram a baixela metálica (cat. 171). Trata-se de recipientes destinados ao consumo e/ou confeção de alimentos. Todavia, na maior parte dos casos, destes recipientes apenas nos chegam alguns dos seus componentes, como é o caso das armelas de sítula (cat. 173 e 174). Estes elementos estavam soldados aos recipientes, junto ao bordo, e neles eram articuladas as asas, também metálicas.

Idêntica categoria integram os elementos de sistemas de segurança. Os ferrolhos e as trancas de elevação ou deslizamento (cat. 170), assim como as respetivas chaves, deveriam ser os sistemas mais comuns. Correspondem a sistemas em que a chave permitia acionar os mecanismos de determinado sistema de segurança, possibilitando a libertação de um passador, vertical ou horizontal.

Alguns dos mais frequentes artefactos metálicos são os que compõem o grupo de uso pessoal. Estes podem corresponder a artefactos de *toilette* ou higiene pessoal, apliques de vestuário ou adornos. Ao primeiro correspondem, a título de exemplo, os espelhos circulares que, geralmente, eram de dimensões reduzidas, permitindo uma cómoda portabilidade, ainda que tenhamos conhecimento de alguns exemplares de grandes dimensões. Formalmente, assumiam aparência circular de evidente tradição etrusca, substituindo as

complexas representações da face oposta ao espelho por simples caneluras concêntricas. Os mais comuns são, de facto, os espelhos circulares decorados com círculos e com orifícios (cat. 164), por vezes entalhados em redor, e com pega abalaustrada (cat. 165).

Mais comuns ainda deveriam ser os adornos de uso pessoal, elementos que eram aplicados diretamente no corpo e que podiam demonstrar o estatuto social ou profissional do seu utilizador, embora a sua função hegemónica fosse a ostentação. Os anéis, os brincos ou as pulseiras (cat. 167) são os mais frequentes elementos deste tipo e, geralmente, são reconhecidos em todos os sítios com uma cronologia romana. Durante o Alto-Império a variedade tecno-morfológica destes artefactos deverá ter-se multiplicado consideravelmente. Aliás, é durante este período que notamos uma maior complexidade na joalharia, o que é sintomático de uma sociedade altamente complexificada e hierarquizada.

Os elementos de adorno não se limitavam àqueles que eram aplicados diretamente no corpo, também o vestuário foi utilizado como forma de ostentação pública e privada. Os mais conhecidos são as fíbulas, destinadas a fixar peças de roupa. Entre este conjunto podemos encontrar um exemplar de fíbula do tipo Aucissa (cat. 166). Corresponde à peça alto-imperial por excelência e aquela que mais se terá difundido pelo Império entre os reinados de Augusto e Cláudio.

Outros artefactos podem ser atribuídos, direta ou indiretamente, ao mundo económico na Antiguidade, nomeadamente alguns utensílios e ferramentas. Muitos destes artefactos estão frequentemente associados a profissões específicas, como é o caso da medicina e/ou farmacêutica. Desse instrumental seguramente fariam parte as colheres sonda (*specillus cyathiscomele*) (cat. 169), mas ainda que estes instrumentos possam ser utilizados na exploração e na unção durante uma intervenção, eram também úteis no serviço farmacêutico.

Igualmente do domínio económico serão aqueles artefactos que se relacionam com

a metalurgia. Os lingotes (*vide* cat. 240) são o expoente máximo dessas atividades no Algarve, realidade que vem sendo cada vez mais identificada. Porém, os indícios dessas atividades não denunciam uma atividade massiva ou especializada, senão que apontam para pequenas produções de âmbito local/regional. Outros utensílios podem ser atribuídos a atividades agrícolas ou afins (*vide* cat. 239). Todavia, o número destes é consideravelmente inferior ao que seria expectável.

Se a grande maioria dos materiais expostos se relacionam inequivocamente com o dia-a-dia na Antiguidade, o contexto de recolha de muitos deles é o funerário. Esta situação não significa que tiveram algum simbolismo ritual ou profilático, senão que correspondem simplesmente a artefactos utilizados durante o *funus* ou a deposições funerárias que acompanharam aquele que utilizou tais artefactos em vida. Esse é o caso, por exemplo, dos utensílios ou ferramentas, frequentemente denunciadoras da profissão do finado, mas principalmente dos objetos de uso pessoal, como é o caso dos adornos ou dos apliques de vestuário.

CP